A DEMOCRACIA SEGUNDO OS DONOS DO DINHEIRO

Os brasileiros deveriam prestar mais atenção ao que se discute nos encontros entre o poder político e o poder econômico. Realizado em São Paulo, o AgroForum do BTG Pactual reuniu banqueiros, empresários, economistas e lideranças políticas. Mais do que debater o agronegócio e as contas públicas, o evento serviu de vitrine para a visão de mundo de quem ocupa o topo da pirâmide — e de como esse grupo relativiza a democracia sempre que ela esbarra nos próprios interesses.

Essa mentalidade ficou evidente na pauta internacional. Ao falar sobre Taiwan, André Esteves, principal sócio do BTG, projetou uma aproximação política com Pequim que facilitaria uma eventual anexação da ilha, num processo que chamou de gradual e construtivo. Na mesma linha, Fernando Queiroz, CEO da Minerva Foods, exaltou a previsibilidade dos chineses, que seriam claros em suas diretrizes.

É revelador notar o entusiasmo do capitalismo brasileiro pela previsibilidade de um regime de partido único. Para os negócios, a continuidade de Pequim é conveniente; para quem vive lá, significa a impossibilidade de escolher seus governantes. No caso de Taiwan, fala-se com naturalidade sobre o destino de 23 milhões de pessoas com instituições próprias e eleições livres.

A deferência à China não se limitou à geopolítica. No mesmo palco, Marcos Jank, do Insper, atribuiu aos chineses grande parte do desenvolvimento do Centro-Oeste. Embora o impacto comercial asiático seja indiscutível, essa leitura apaga gerações de produtores, pesquisadores e empreendedores que, com o apoio decisivo da Embrapa, transformaram o Cerrado em uma potência do agronegócio.

Na política doméstica, a régua de conveniência foi a mesma. Esteves demonstrou confiança na solidez da democracia, no diálogo entre os poderes e na funcionalidade das instituições, "apesar dos excessos". É uma tranquilidade que não encontra eco na família de Cleriston Pereira da Cunha, o Clezão, morto na Papuda em novembro de 2023 sem ter sido julgado pelos atos de 8 de janeiro. A avaliação sobre nossas instituições varia conforme a posição de cada cidadão diante delas.

Essa distância entre o andar de cima e o país real ficou ainda mais nítida na pauta fiscal. O governador Tarcísio de Freitas afirmou que o problema das contas públicas seria resolvido com quinze minutos de trabalho de Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG. Na lista de soluções rápidas estão limitar deduções médicas no Imposto de Renda, rever isenções de aposentados e alterar a valorização do salário mínimo.

O Brasil precisa equilibrar suas contas, mas o debate deveria ser sobre a distribuição dos sacrifícios. É razoável esperar que um Estado que ampliou despesas por anos corte na própria carne antes de avançar sobre a renda de quem trabalha e de quem já trabalhou a vida inteira.

Mesmo com o dólar perto de R$5,80, Esteves elogiou o pragmatismo de Lula. É uma serenidade compreensível para quem anuncia lucro trimestral bilionário, mas indigesta para o empresário endividado ou para a família que perdeu poder de compra.

O encontro do BTG expôs a desenvoltura com que uma elite trata o destino de milhões de pessoas como uma planilha de Excel. Da autonomia taiwanesa à aposentadoria brasileira, tudo vira uma variável de ajuste. Quando os donos do dinheiro aplaudem a "estabilidade" institucional, o cidadão comum deveria acender o alerta: na democracia dos grandes salões, a conta da previsibilidade deles sempre chega no bolso — ou na liberdade — de quem está do lado de fora, ou de quem nem fica sabendo o que está sendo discutido.

- **O fator China:** A previsibilidade de Pequim atrai empresários brasileiros. Em Taiwan, a perspectiva de anexação põe em jogo a autonomia de 23 milhões de pessoas. No Cerrado, o peso comercial chinês divide espaço com a contribuição histórica de produtores e da Embrapa.
- **Excessos institucionais:** André Esteves confia na solidez das instituições brasileiras “apesar dos excessos”. Cleriston Pereira da Cunha morreu na Papuda sem ter sido julgado pelos atos de 8 de janeiro.
- **A conta do ajuste:** Limitar deduções médicas, rever isenções de aposentados e alterar a valorização do salário mínimo são propostas que podem transferir parte do custo do ajuste fiscal para trabalhadores e aposentados.

